

MOVIMENTO OPERÁRIO DO ABC PAULISTA (1978-2010): CONTESTAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E COLABORACIONISMOⁱ

ALESSANDRO DE MOURAⁱⁱ

Temos como foco o movimento de organização da classe operária do ABC paulista. Considerando que as transformações em suas formas organizativas ao final da década de 1970 e 1980. Discutimos alguns dos desdobramentos organizativos das greves operárias no ABC decorridas nos anos 1978, 1979 e 1980, tal com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Consideramos tais metamorfoses face às transformações pelas quais passou o sistema produtivo brasileiro, e as entidades que reivindicam a representação dos trabalhadores. Consideramos ainda, a partir de 1990 as transformações ligadas ao novo período histórico da mundialização do capital. Trata-se de um período mundial de contra-reformas, onde o capital (enquanto relação social onde impera a dominação de classe) reorganizado impera de forma diferenciada sobre o trabalho. Subsumindo a classe operária do mundo todo.

Palavras chave: ABC paulista. Classe operária. Partido dos Trabalhadores. Central Única dos Trabalhadores.

focus on the movement to organize the working class in ABC Sao Paulo city. Whereas the changes in its organizational forms at the end of the 1970s and 1980s. We discuss some of the organizational consequences of workers' strikes at ABC elapsed in years 1978, 1979 and 1980, as the founding of the Workers Party (PT) and the Workers' Central Única. (CUT). We consider such transformations in the face of transformations by which the Brazilian productive system and the entities claiming the representation of workers. We also believe, since 1990 the transformations related to the new historical period of globalization of capital. This is a period of global counter-reforms, where the capital (as social relations dominated by the class domination) reigns reorganized differently about work. Subsuming the working class worldwide.

Keywords: Sao Paulo city. Working class. Workers' Party. Workers' Central Única

INTRODUÇÃO

A classe operária brasileira teve importante momento de desenvolvimento na a partir da organização dos metalúrgicos do ABC paulista¹. O movimento operário do ABC tem seu período de maior desenvolvimento, organização e de ofensiva contra a burguesia durante os anos 1978, 1979 e 1980. Neste período a classe operária tem condições objetivas para aproximar-se da formação de um projeto para si. Porém, com a derrota da greve de 1980, somada a opção das direções sindicais do período em trilhar os caminhos das disputas eleitorais, tal potencial é esvaziado. Tal processo aprofundou-se ainda mais com a nova conjuntura nacional e internacional posterior a derrubada do muro de Berlim e do início do processo de restauração capitalista na URSS estalinizada.

Com a falência de processos ditos “alternativos”, tem-se novas base para a ofensiva

neoliberal em nível mundial e, no Brasil particularmente, a derrota da frente popular representada na figura de Luis Inácio Lula da Silva – o Lula, com a vitória de Fernando Collor desenvolve-se um novo período de investidas da burguesia contra os trabalhadores. Tal investida acabou por operar no sentido de *desconstruir* as condições postas à classe operária enquanto *classe para si*². Cabe destacar que a classe operária continua sendo *classe em si*³ em relação à divisão social do trabalho (pois seus agentes ainda necessitam vender sua força de trabalho para manterem-se vivos enquanto corpo físico), mas deixa de ser classe no sentido sócio-político, agente com poder de transformação da realidade para si.

² Por classe para si designamos relações que vão para além das relações com os meios de produção. Trata-se da consciência da situação de classe, que possibilita agir de acordo com um interesse de classe, fundado em experiências compartilhadas, vividas e percebidas. Tal capacidade da *classe para si* envolve capacidade de mobilização política e cultural para passar da submissão para a subjetivação negando a ordem dada.

³ Quando nos referirmos à “classe em si” enquanto descrição da posição na divisão social do trabalho, como maioria estatística que vive da venda de sua força de trabalho, e não enquanto agente político dotado de capacidade de transformação da sociedade em contraposição a ordem burguesa.

¹ ABC é a sigla utilizada para referir-se as cidades: Santo André, São Bernardo e São Caetano, as três cidades estão localizadas no Estado de São Paulo.

DAS PARALISAÇÕES POR FÁBRICA À GREVE GERAL METALÚRGICA

O movimento dos operários do ABC é um dos muitos movimentos sociais que eclodem durante a Ditadura Militar-burguesa no Brasil. Embora seja comum referir-se ao Golpe de 1964 como um golpe militar, é sabido hoje que os militares não deram o golpe sozinhos, pois uma parte da burguesia brasileira e do patronato apoiou o golpe, como no caso da FIESP, e mesmo uma parte da pequena burguesia, expressão do movimento “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”, que reuniu cerca de 500 mil pessoas em São Paulo no dia 19 de março de 1964. Por isso parece-nos mais preciso indicar tal evento como um golpe militar-burguês. Principalmente porque o golpe teve um destinatário certo: o proletariado brasileiro, a burguesia entendia que era preciso “frear o avanço organizativo-contestatório dos trabalhadores”. (SALLES; MATOS, 2007).

Entendia-se que se havia aberto um período pré-revolucionário no País no início da década de 1960. Não apenas por conta do “povo na rua”, mas também por uma série de elementos constitutivos colocados durante o final da década de 1950 e primeira metade da década de 1960 (1955-1964). Estes elementos se articulavam em uma totalidade concreta que colocava em risco a ordem burguesa propriamente dita (manutenção da propriedade privada, salariato governo etc.).

Os principais elementos constitutivos deste período pré-revolucionário eram: a) a crise econômica, com explosão inflacionária e déficits na balança de pagamentos. b) organização e radicalização do campesinato, com a insígnia “reforma agrária na Lei ou na marra”. c) organização, radicalização dos trabalhadores em greves políticas contra as políticas governamentais, bem como contra os “arrochos”, expressa pela deflagração de greves massivas deflagradas no período d) insubordinação, organização e radicalização nas Forças Armadas, com tendência a unificação com operários e com os camponeses. (SALLES; MATOS, 2007).

Com a Ditadura Militar-burguesa instaurada configurou-se um período que considerado não apenas contra-revolucionário, mais ainda de cassação das liberdades democráticas. Políticos, parlamentares, artistas, professores, militantes sindicais são presos, torturados e até mortos. Tornou-se ampla e comum a intervenção e extinção de sindicatos, marcado por muitas prisões, morte de trabalhadores e sindicalistas. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foi um dos sindicatos invadidos.

Em 1964 o Governo Ditatorial intervém no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânica e de Material de São Paulo, que era então presidida por Affonso Dellélis. Um dos principais objetivos de tal investida era localizar os nomes dos 1800 delegados sindicais acusados de serem simpatizantes ou ligados ao Partido Comunista. Estes trabalhadores foram presos, torturados, e ainda passaram a compor uma “lista negra” que os impedia de empregar-se novamente nas indústrias. Joaquim dos Santos Andrade (1926-1997) – conhecido entre os metalúrgicos e sindicalistas como “Joaquinzão pelego” – é indicado como “facilitador” da intervenção, como recompensa teria tornado-se candidato único à presidência da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo em 1965. Joaquinção também era apoiado pelo PCB.

Ainda, como fruto deste processo como forma de resistência, driblando o “sindicalismo pelego”, nasce a Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco, ligada à Comissão de Fábrica da Cobrasma, a maior fábrica da região. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo opunha-se a gestão de “Joaquinzão pelego”, e também à estrutura sindical vigente no País, estrutura esta que Joaquim tornara-se principal defensor.

Mas não parou por aí, em 1967 o governo revoga a “Lei de estabilidade” prevista na CLT, substituindo-a pelo FGTS. A “Lei de estabilidade” assegurava estabilidade ao trabalhador empregado a mais de 10 anos em uma mesma empresa, este só poderia ser demitido em caso de “falta grave”. Estes trabalhadores normalmente recebiam salários maiores por conta dos anos de trabalho e dedicação. Então em momentos de cortes de pessoal por conta de variações de vendas, etc., o patronato ficava impedido de demitir estes trabalhadores, que tinham muitos anos de carreira dedicados ao trabalho e por isso recebiam maiores salários, tornando-se “mais caros” para o patronato. Com a Lei do FGTS passasse a demitir este trabalhador, porém seria necessário pagar-lhe uma indenização (que é constituída mediante pagamento obrigatório feito pelo trabalhador e pelo empregador mensalmente). Com isso o patronato fica ainda mais livre para substituí-los por mão-de-obra mais barata, aumentando assim ainda mais a lucratividade das empresas (extração de mais-valia). Além disso, estes trabalhadores eram também portadores de uma série de experiências de lutas e resistências decorridas em períodos anteriores (como destaca LEITE, 2009). Com a revogação desta Lei o patronato ficou desimpedido para executar uma série de outras demissões e diminuir os custos com mão-de-obra.

Mesmo com toda a perseguição as organizações operárias, sindicatos, partido e demais entidades organizativas, o movimento operários, aos

poucos é reconstruído. Fruto da mesma conjuntura, suas lutas caminham em paralelo com as de outros movimentos sociais da década de 1970. Embora portador de especificidades, pois foi um dos movimentos sociais que envolveu maiores contingentes de despossuídos de meios de produção, que lhe possibilitou radicalizar a contraposição às determinações do governo ditatorial-burguês. Quando a classe operária revolue

parar de fornecer sua mão-de-obra, toda a produção também fica parada. Nada se produz. Frente a este fato objetivo, o conjunto da sociedade olhava para o movimento operário, tendo-o como referência. Era o prenúncio da possibilidade de desenvolvimento de um processo revolucionário clássico, com o movimento operário à frente de sua direção e os outros movimentos ao redor. Abaixo segue-se a localização do ABC.

Figura I - Brasil/Estado de São Paulo/Grande ABC

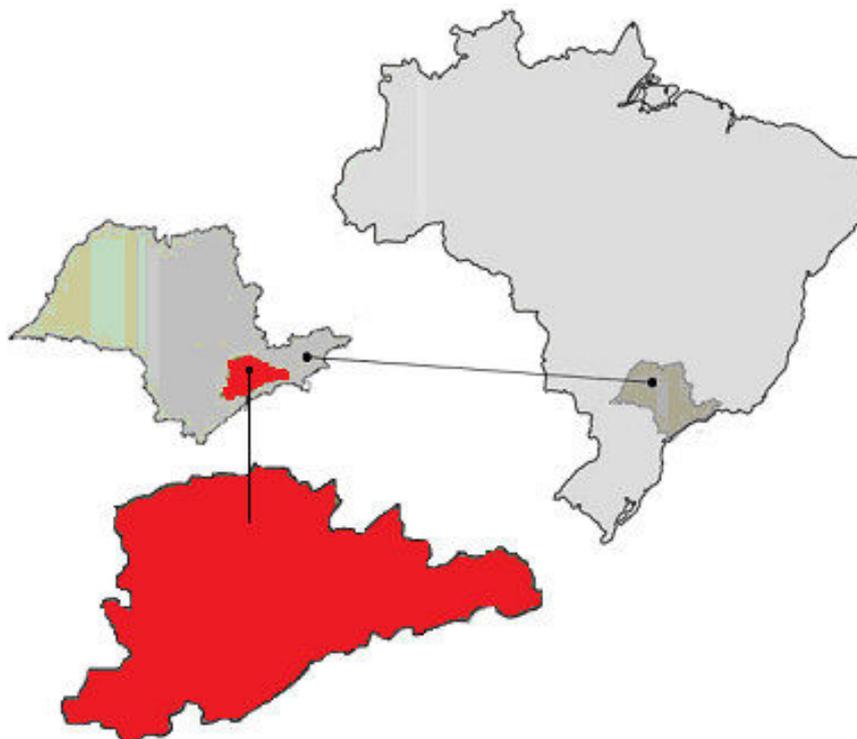


Figura II - Grande ABC



Nesse sentido, pode-se dizer que o movimento operário do ABC paulista coroa um período de novos padrões de ação coletiva no Brasil. Período este onde emergem novos sujeitos políticos em plena Ditadura Militar-burguesa (SADER, 1991). Com isso abre-se um novo período de luta de classes no país marcado pela ofensiva proletária⁴ sobre o patronato industrial no Brasil e seu governo autoritário (ANTUNES, 1992). Disso deriva a constituição de experiências coletivas organizativas compartilhadas. São novas articulações proletárias que se desenvolvem a partir de experiências vividas e interesses comuns, como solidariedade de classe. A “classe em si” marcada pela despossessão dos meios de produção (e por isso, compulsoriamente obrigada a vender sua força de trabalho como mercadoria) de diversas formas organiza-se em ofensiva contra a ordem burguesa brasileira em sua fase militarizada. Trata-se de um período de rupturas com os padrões de legitimação da ordem ditatorial-burguesa, que defendia os interesses do patronato.

A mobilização no ABC é crescente durante toda a década de 1970. Durante o período muitas formas de pressão foram levadas a cabo pelo operariado. Existia em São Bernardo uma pressão proletária para que o Sindicato não fosse apenas um espaço físico, o sindicato era entendido por muitos operários como um espaço de luta. As condições de trabalho no ABC eram muito insalubres, segundo um dos nossos entrevistados que trabalhou na Volkswagen de 1975 até 2007, “o Barulho, parece que tem uma panela de pressão no ouvido, tem também a fumaça das empilhadeiras, o cheiro de óleo. Estourava veia nos olhos, tinham acidentes na prensa, mas a empresa não divulgava. Muito trabalho repetitivo, dores, inflamação de nervos, dores nas costas, pressão alta, agitação, você não conseguia dormir direito, problemas cardíacos”.

A GREVE DE 1978

A conjuntura de mobilização proletária, somada aos descontentamentos dos operários serviu como base de insatisfação, rebelião e organização da classe operária brasileira, o que culminou em 12 de maio de 1978, a partir dos operários da Scania-Vabis, em São Bernardo em uma grande greve, a primeira de uma longa série de

greves que ficariam conhecidas como “greve dos braços cruzados, máquinas paradas”. Nesse tipo de greve, os trabalhadores permanecem nos seus postos de trabalho sem trabalhar. (Cf: ABRAMO, 1999; ANTUNES, 1992; FREDERICO, 1978; CHASIN, 1980; SALLES, E., MATOS, D, 2007; VITO; NETO, 1991).

As greves e paralisações disseminam-se pelo mundo fabril, só no ABC, os operários de 41 empresas entraram em greve. Em São Paulo são mais 6 empresas e em Osasco mais 3. Soma-se ainda, no segundo semestre de 1978, a greve de autopeças, e, em dezembro do mesmo ano na Villares, um trabalhador além de ser agredido pela chefia é também demitido, em solidariedade os trabalhadores desta fábrica decretam greve. No mesmo mês houve outra greve por reajuste na Resil. (ANTUNES, 1992). Totaliza-se na Grande São Paulo (onde se inclui o Grande ABC) mais de 150 fábricas paralisadas e em greve, com mais de 167 mil operários em greve durante todo o ano de 1978 (ABRAMO, 1999)⁵.

Antunes (1992) destaca que as paralisações e greves de 1978 não tiveram organização prévia, deram-se por meio de decisões súbitas dos trabalhadores. Mas não por falta de capacidade organizativa, pois os processos de organização e mesmo discussão eram obstruídos pela própria conjuntura repressiva do Estado Militar-burguês. Por isso as ações dos trabalhadores tinham que ser rápidas e incisivas. O grande número de paralisações, em uma onda de levantes proletários dificultou sobremaneira as ações repressivas do Estado, embora, tenha havido grande número de demissões (característico da repressão patronal).

As paralisações e greves de 1978 rompem com o silenciamento imposto ao movimento sindical desde 1968 e do AI-5 (Ato Institucional nº 5), que utilizando-se de intensa repressão, prisões e assassinatos deixou o movimento operário na defensiva e amordaçado. Mas a luta operária não se construiu apenas com vitórias, após o ciclo de greve de 1978 houve demissões em massa de operários, tanto no ABC como na grande São Paulo. Na grande São Paulo a estimativa de demissões em 1978 foi de 1.200 operários (SADER, 1991).

Porém, no plano organizativo, as greves e paralisações de 1978 abrem as portas para outras manifestações e levantes operários, pois não

⁴ Aqui utilizamos a definição de Engels apresentada no texto “Princípios básicos do comunismo” de 1847, para o autor o proletariado é a “classe” em relação à divisão hierárquica do trabalho “[...] que tira o seu sustento única e somente da venda do seu trabalho e não do lucro de qualquer capital; [aquela classe] cujo bem e cujo sofrimento, cuja vida e cuja morte, cuja total existência dependem da procura do trabalho e, portanto, da alternância dos bons e dos maus tempos para o negócio, das flutuações de uma concorrência desenfreada”.

⁵ Porém, cabe considerar que, mesmo entrando em greve em conjunto, não havia uma articulação tática e política entre os grevistas que eclodiam nos distintos locais de trabalho. As demandas dos trabalhadores fabris e suas formas organizativas são variáveis, não se trata de um todo homogêneo, altera-se significativamente sua organização, coesão e combatividade. Embora seja possível dizer que o substrato da greve era comum, marcado pela rebeldia imediata com adesão massiva e progressiva.

escapam a subjetividade operária, pelo contrário, foram incorporadas como experiências vividas, percebidas e compartilhadas, servindo de substrato objetivo para a nova onda grevista de 1979, que se desenvolveu num plano organizativo mais intenso e articulado consolidado por meio da greve geral metalúrgica. (SALLES, E., MATOS, D, 2007).

Cabe frisar que não só os operários aprendem com a greve, o Estado Ditatorial-burguês e o patronato também tiram lições das disputas com os trabalhadores. Com isso Estado e patronato preparam-se para o novo embate em 1979, antecipam-se à reincidência do movimento grevista e lançam um pacote de reajustes para dividir o operariado. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP⁶), órgão de representação patronal passa recomendações a seus filiados de como proceder em caso de greve. As recomendações deixaram claro a disposição e os métodos que seriam empregados. Entre eles:

2. Não pagar em nenhuma hipótese horas paradas e não estabelecer acordos e compensações, pois não existindo no Brasil fundo para greve, esse será um excelente recurso para as empresas;
3. Tentar de todas as formas colocar os grevistas na via pública. (...) Com esta providência teremos a possibilidade de envolver o poder público. (...)
4. Suspender por um ou dois dias (disciplinarmente) aqueles que entrarem na fábrica sob condições de trabalhar e não cumprir o prometido. Em última instância dispensar um certo número de pessoas por justa causa, após, junto com o responsável pela área paralisada, pedir ao trabalhador que execute uma determinada tarefa (a negativa caracterizará um ato de insubordinação). Essa situação gera insegurança no pessoal. Geralmente após essa prática ou os empregados ou o sindicato pedirão a sustação das dispensas, propondo volta ao trabalho. (SADER, 1991, p. 303).

A GREVE DE 1979

Mas também entre os operários a capacidade organizativa avança muito. A disputa com o patronato acirra-se, e no dia 12 de maio de 1979 o sindicato declara paralisação. A greve começa na verdade a meia noite do dia 12 para o dia 13 de maio de 1979, iniciando-se com o “turno da noite”. Os operários em assembleia decretaram a greve geral, o próprio sindicato dos metalúrgicos do ABC, mais uma vez, ficou para trás.

No primeiro dia de greve (13 de maio), só em São Bernardo 42 fábricas e 90 mil operários estavam paralisados. Em Santo André totalizava-se 60 fábricas e 38.622 operários. E, em São Caetano foram mais de 25 mil operários que aderiram à

paralisação. São Bernardo, Santo André e São Caetano juntos somavam 155.000 operários em greve. A greve é decretada ilegal pelo Ministério do Trabalho, mas, ainda assim permanece ativa como realidade objetiva. (ANTUNES, 1992: SADER, 1991: SALLES, E., MATOS, D, 2007). Lula e a direção do Sindicato mais uma vez são colocados à frente da direção da greve sem estarem preparados para ela. A insubordinação proletária vinha da base metalúrgica e não da direção sindical.

⁶ De acordo com informações no site (<http://www.fiesp.com.br/>), a FIESP hoje representa 132 sindicatos patronais, os quais representam, aproximadamente, 150 mil indústrias das mais diferentes cadeias produtivas.

Foto 1 – Assembléia e 1979



Nesse ano a extensão da greve para fora do ABC é ainda mais visível do que em 1978. As greves criaram uma fratura política-social que permitiam o desencadear de novos movimentos contestatórios. Frente ao avanço do movimento grevista, o Governo e o Patronato reagem, no dia 20 de maio de 1979 tem-se uma série de prisões de operários e militantes. No dia 21, as manifestações públicas no estádio Vila Euclides e no Paço Municipal são proibidas pelo Governo Militar-burguês. Tem-se certamente uma nova configuração ofensiva da classe contra a política imposta pela ditadura e contra o patronato industrial. A polícia vai para as ruas para dispensar, com pancadas, bombas e tiros as aglomerações operárias.

No dia 23 de março (uma quarta-feira), após 10 dias de greve é proposto pelo Ministério do Trabalho um “protocolo de intenções” aos operários em greve, mas esta proposta fica a cabo das demandas expressas na pauta dos metalúrgicos que decidiram recusá-la. Foi o suficiente para a polícia intervir nos Sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano. O Estado Ditatorial-burguês mostra a quem serve de fato, para que classe trabalha. O operariado resolve enfrentar o aparato repressivo, paus e pedras contra escudo, cacetete, cavalaria, camburão e bala. Segundo relato de um operário entrevistado por nós e que viveu o período, “Em 1979 foi o tempo pior, bomba, cavalo, cachorro, bomba de efeito moral

dentro da igreja [da matriz], senhoras grávidas, com criança nos braços, caídas dentro da igreja e agente se defendendo e correndo também”⁷. Bolemos meios de arrecadar alimentos. (...) Tudo essa desgraça nós passemos ai, foi difícil viu meu amigo...”. As operárias e esposas dos metalúrgicos faziam linha de frente na defesa dos piquetes, greves e paralisações. “Foi uma coisa muito bonita (...) Hoje em dia eu sinto uma emoção”.

Os dirigentes dos Sindicatos ficam à espreita, Lula, também despreparado, refugia-se por 48 horas no sítio de seu sogro. O comando de greve assume a organização do movimento. Mas a confiança em Lula, dirigente sindical, havia se desenvolvido muito em seus dez anos de militância no ABC (1969-1979), dessa forma, mesmo com todas as evidentes debilidades na sua forma de liderança, tornou-se impossível substituí-lo naquele momento. Não estava claro para o grande contingente de trabalhadores em greve naquele momento que Lula atuava claramente buscando de evitar a radicalização das greves, e contra o desenvolvimento de mecanismos de auto-organização. Tal orientação contribui em grande medida para impedir que outras lideranças se formassem a partir das comissões de fábrica. Nas assembleias plebicitárias apenas a direção do

⁷ Este, com 74 anos de idade no ato da entrevista, trabalhou na Volks de 1959 a 1982.

sindicato é que tinha direito a fala. O distanciamento de Lula do grupo dos pelegos permitiu-lhe, com uma roupagem um pouco mais combativa, estar a frente da greve, pois era um sindicato diferente do de São Paulo (de Joaquinção Pelego) que falava explicitamente “contra a greve”. Embora Lula e a diretoria do sindicato do ABC não falassem contra a greve, desde o início preparavam seu fim. As greves deveriam limitar-se a funcionar

como um instrumento para pressionar o patronato a sentar-se à mesa de negociações. Estas direções nem sequer cogitava a hipótese de unificação das greves para lutar efetivamente pela derrubada da ditadura militar-burguesa. Lula inclusive se dizia contra uma greve geral alegando que as reivindicações dos metalúrgicos do ABC eram diferentes das dos metalúrgicos do interior e de outras categorias. (SALLES, E., MATOS, D, 2007).

Foto 2 – Lula fala aos operários em 1979



Amparada pelo clima popular de organização, a greve do ABC contou com ampla solidariedade nacional. A burguesia responde a isso, lançando uma campanha televisiva em favor do governo Ditatorial-burguês e do patronato afirmando que os trabalhadores do ABC eram privilegiados, que tem os maiores salários do país, etc (ANTUNES, 1992). Generaliza a situação de pequenos grupos de trabalhadores altamente qualificados e com maiores salários para o restante do operariado do ABC. Com isso pretendia-se minar o apoio popular aos metalúrgicos.

Somou-se a isso, a ausência de Lula, direção carismática, por dois dias que foi suficiente para aprofundar a desarticulação do movimento. O grande contingente de trabalhadores (mais de cento e cinquenta mil) está rebelado e sem direção, sem saber ao certo o que fazer, era necessário dar direcionamento à massa de trabalhadores que queriam fazer algo. No dia 25 (Domingo), Lula é “forçado” a reassumir a dianteira do movimento,

mesmo sob risco eminente de prisão, pois não se encontrava alternativa para a condução do movimento. Era necessária a articulação do movimento de greve, intensificação dos piquetes e não ingressar nas fábricas, e o fim do movimento grevista só seria definido em assembléia geral plebiscitária. Mas os rumos da greve já estavam comprometidos. Na segunda-feira (dia 26), mesmo com a manutenção da paralisação, um grande contingente de trabalhadores voltaram ao trabalho.

Com esse novo fato, o comando de greve - formado pela direção do sindicato e a comissão de salários – precisou reavaliar o movimento. Na assembléia geral de terça-feira (27 de março), completados 15 dias de greve, em uma votação apertada, sob insistência de Lula que queria acabar com a greve, a maioria decidiu pela volta ao trabalho e uma “trégua” de 45 dias para que o patronato apresentasse uma nova proposta. Ainda assim, o patronato preparou a retaliação ao

operariado havia se organizado para lutar por suas demandas, muitos trabalhadores são demitidos.

A greve geral de 1979 teve importantes avanços organizativos, foi qualitativamente mais intensa e extensa que àquela de 1978, tanto em organização quanto em alcance. Em 1978 ocorreram uma série de paralisações parciais e greves, que ocorreram de forma dispersa e não coesa. Mas em 1979 a greve foi geral da categoria metalúrgica. O movimento além de conquistar parte de suas pautas, avançou também em sua organização e articulação, demonstrando avanço não só quantitativo, mas também qualitativo, pois suas manifestações paralisaram, só no ABC, mais de 150.000 trabalhadores, e ainda estendeu-se a outras categorias, cidades e estados. Somou-se um total de 436 estabelecimentos em greve no País com mais de 3 milhões de trabalhadores paralisados (ANTUNES, 1992, SADER, 1991).

Com as paralisações parciais de 1978 e a greve geral metalúrgica de 1979, a correlação de forças altera-se em favor dos trabalhadores. A onda proletária estava em ascensão. Porém, ainda neste momento os metalúrgicos do ABC não se entendiam enquanto vanguarda proletária do país, com possibilidade objetiva de re-determinar o desenvolvimento social e político do Brasil.

O movimento mostrava-se forte o suficiente para determinar mudanças político-salariais no País e influenciar outros movimentos, como a greve puxada pela Oposição Sindical em São Paulo que envolveu mais de 300 mil trabalhadores que exigiam a unificação com ABC para vingar a morte de Santo Dias, operário grevista assassinado em um piquete com um tiro nas costas, efetuado pelo policial militar Herculano Leonel a serviço da ditadura militar-burguesa. Também os trabalhadores e professores da USP (Universidade de São Paulo) deflagraram greve em 1979 (SALLES, E., MATOS, D, 2007). Por tudo isso, o governo Militar-burguês entendia como estratégico derrotar o operariado organizado, e redefinir a autoridade das políticas governamentais. O projeto passava por buscar, a todo custo, controlar totalmente o tipo de abertura que seria permitida, restringindo e reprimindo as alternativas apresentadas pelos trabalhadores por via direta.

Internacionalmente desencadearam-se outros levantes radicalizados, que o governo temia que pudessem ressoar no Brasil. No mesmo período em outros países também eclodiram ações proletárias radicalizadas, como na Nicarágua que em 17 de julho de 1979, os trabalhadores, camponeses e estudantes, acabavam de derrubar a ditadura de Somoza. Também na Polônia, com a Comuna de Gdanski, os trabalhadores desencadeiam uma grande greve e insurreição política.

Com mobilizações operárias acontecendo dentro e fora do Brasil, diante do risco premente da radicalização do movimento operário brasileiro, que se organizara cada vez mais, o governo foi obrigado a ceder em alguns pontos para neutralizar o risco de ser derrubado pela insurgência proletária. Assim, como forma de desmobilizar os operários radicalizados, o governo Ditatorial-burguês viu-se obrigado a fazer uma concessão parlamentar eleitoral, em dezembro de 1979 modificou a legislação eleitoral e restabeleceu o pluripartidarismo partidário, com isso o ARENA (partido do governo Ditatorial-burguês) tornou-se Partido Democrático Social (PDS). E o MDB tornou-se PMDB. As lideranças sindicais do ABC, aliados com setores da igreja católica, sindicalistas e intelectuais lançam o “*movimento pró-PT*”, tentando criar o Partido dos Trabalhadores (PT). Interessante notar que Lula, no período era contrário à fundação do partido. Além destes, outros partidos foram criados, como o Partido Democrático Trabalhista - PDT, o Partido Popular - PP e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Os partidos comunistas e socialistas permaneceram proibidos. O PT não assumiu a defesa de legalização de tais partidos.

A GREVE DE 1980

Uma outra resposta do governo ditatorial-burguês foi definir uma nova política salarial, com regime diferenciado de aumentos, com conseqüente diferenciação de salários e correções periódicas. Com isso visava-se impor mais obstáculos à mobilização operária, o que por sua vez deveria reduzir os motivos e as possibilidades de greve, pois dificultaria a mobilização coletiva da categoria. Ainda, com a política salarial do governo, o operariado não poderia mais definir seus próprios reajustes. Com isso, seria possível também desassociar os aumentos de lucros do patronato, fruto do bom desempenho do setor, da obrigatoriedade dos reajustes salariais dos operários. Facilitaria a acumulação de capital dos industriais.

Porém, para o descontentamento do governo ditatorial-burguês e do patronato industrial, a proposta não teve aceitação no ABC paulista. Tendo como substrato as paralisações de 1978 e a Greve Geral Metalúrgica de 1979, estes resolvem dar início novamente a uma campanha em separado da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo (presidida por Joaquinção pelego⁸) e do restante dos metalúrgicos do interior. Esta mobilização dos metalúrgicos do ABC foi pautada

⁸ Pelego é um pedaço de pele de carneiro que é utilizado entre o arreo e as costas dos animais de montaria. Os sindicalistas pelegos são aqueles que buscam impedir que sua base, os trabalhadores, entrem em conflito com o patronato.

em um amplo processo de discussão, até 30 de março 1980, onde se decidiu pela greve geral, foram realizadas cerca de 300 assembleias preparatórias, onde se discutiu a construção da pauta e formas de mobilização, como a “Comissão dos 400” eleita a partir das fábricas, ela deveria ser o centro político da greve.

Seguindo deliberação de assembleia geral de 1980, com a presença de cerca de 66 mil operários, declara-se greve geral a partir de 1º de abril de 1980⁹. Participavam desta greve, num primeiro momento, mais de trinta sindicatos, não só do ABC, mas também de Sertãozinho, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Piracicaba, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Santa Bárbara do Oeste, Araraquara, Américo Brasiliense, Ourinhos, Mococa, Jundiá, Lorena (ANTUNES, 1992). O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) pronuncia-se no mesmo dia sobre a greve geral, declarando-se incompetente para julgar a legalidade ou não da greve dado o grande número de sindicatos e cidades envolvidas na greve, decisão que foi comemorada pelos metalúrgicos como uma conquista da greve. Porém o Tribunal Regional do Trabalho lança uma contraproposta em relação à pauta dos operários, e esta faz com que setores dos metalúrgicos (principalmente do interior que tinham salários menores) voltem ao trabalho. Mas o ABC ainda considera que o acordo ao propor piso salarial para os metalúrgicos rebaixa o piso salarial no ABC, reafirmando que o patronato do ABC pode conceder maiores aumentos, e que é possível conseguir maiores reajustes. “Dos 140 mil metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, cerca de 90% permanecem em greve”. (ANTUNES, 1992, p.71).

Dada a intensa organização e debates que precederam a deflagração da greve, os trabalhadores já estavam preparados para uma greve de longa duração, e mostravam-se predispostos a enfrentá-la. Durante a greve de 1980 procurou-se não repetir os equívocos cometidos durante as greves anteriores, como, por exemplo, não concentrar a função de liderança em poucas pessoas.

O ABC, também não era um bloco homogêneo, assim como a classe operária também não o é, apenas oito dias depois de decretada a greve geral, em São Caetano a greve é encerrada. O Sindicato de São Caetano sai da greve no dia 8 de abril de 1980, mas São Bernardo, Diadema e Santo André mantiveram a greve. Neste momento permaneciam em greve cerca de 170 mil operários. (ANTUNES, 1992, p. 72). No dia 14 de abril de 1980, pressionado pelo patronato, pela burguesia e pelo Estado o Tribunal Regional do Trabalho

declarou a greve ilegal, alegando que agora apenas dois sindicatos eram responsáveis pela greve, o sindicato de São Bernardo e de Santo André, estes ficam em posição de isolamento. Ainda assim, os operários resistem, em assembleia geral em São Bernardo, com cerca de 60 mil operários deliberou-se pela manutenção da greve, e denunciaram:

Estão lutando contra os trabalhadores como se fôssemos inimigos da pátria, ladrões, assassinos. Patrões, polícia, governo, tribunais, rádio, televisão, jornal, tudo enfim, é utilizado para massacrar homens e mulheres que pacificamente, lutam por reivindicações reconhecidamente justas. (“Ao Povo Brasileiro: Por que continuamos em Greve”. Documento da Diretoria do sindicato dos trabalhadores, 15/04/80).

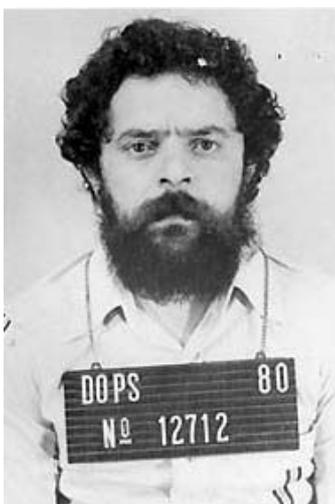
O governo ditatorial-burguês e o patronato reagem a esta declaração, e em 19 de abril de 1980 é realizada a intervenção nos sindicatos. Uma das preocupações do governo ditatorial-burguês, que justificaria suas ações, era de que as greves desestabilizavam não só o regime, mas também a economia favorecendo a crise econômico-política. Por isso o Governo orientou o patronato a não ceder às pressões dos trabalhadores, assegurando que o Banco Central e o Banco do Brasil arcariam com todos os prejuízos da greve.

Com 19 dias de greve Lula e toda a diretoria do Sindicato de São Bernardo (entre outros) é presa. Também são proibidas as reuniões e assembleias operárias em prédios e espaços públicos, tal como o Estádio da Vila Euclides. A prisão da direção do sindicato gerou impactos tanto sobre os trabalhadores como sobre o patronato. O patronato sentiu-se representado pelo Estado, comemorando as prisões. No seio do operariado intensifica-se a ojeriza contra o governo e o patronato. Porém, a organização dos trabalhadores era tão complexa que a prisão da diretoria não pode fazer a greve refluir, por conta da “Comissão dos 400” qualquer trabalhador que fosse preso poderia ser substituído rapidamente dando prosseguimento à greve.

⁹ Realizaram-se assembleias simultâneas em São Bernardo com 60 mil operários, em Santo André, com 4 mil operários e em São Caetano com 2 mil operários.

Foto 3: Lula no camburão do DOPS 1980

Extraído do site: <http://www.vozativa.kit.net/pagini71.htm>

Foto 4: Prisão de Lula

Extraído do site: <http://www.vozativa.kit.net/pagini71.htm>

Como estavam proibidas as reuniões e assembléias operárias em prédios e espaços públicos, bem como no Estádio da Vila Euclides, nesse momento os trabalhadores passam a realizar suas assembléias na Igreja da Matriz. Mas sem dúvida estas proibições, somadas a prisão da diretoria do sindicato acabaram gerando impactos importantes sobre os trabalhadores. Mas ainda assim, no dia 23 de abril, decorridos 23 dias de greve, em São Bernardo 90% dos operários decidem por manterem-se paralisados, em Santo André a porcentagem de paralisados chega a 70%. (ANTUNES, 1992).

A greve encontra apoio nos bairros operários. Mas, as prisões continuam sendo realizadas pela ditadura militar-burguesa, a cada nova assembléia operária novos contingentes de trabalhadores são presos. Além disso, o patronato pressiona também psicologicamente os trabalhadores, uma parte dos operários sucumbem e voltam ao trabalho. No dia 1.º de maio, Dia do Trabalho, os operários do ABC fazem uma caminhada nas ruas do ABC, são centenas de milhares de trabalhadores marchando e cantando a música “caminhando e cantando...”, de Geraldo Vandré.

Foto 5 – Assembléia operária em 1980



No dia 4 de maio encerra-se a greve em Santo André. Mas em São Bernardo a greve continua, e se estende até o dia 11 de maio, completando 41 dias. Lula e a diretoria do Sindicato do ABC temiam a radicalização dos operários, por isso eram incapazes de fazer avançar o movimento, com tudo isso os metalúrgicos ficaram isolados politicamente. Nesses momentos mais críticos faltou também apoio de partidos que se diziam de esquerda e outras instituições àqueles operários mobilizados em greve (PCB, PC do B e MR-8 procuravam abster-se destes processos para não entrar em confronto com a suposta “burguesia nacional”). Lula e as direções dos autênticos não intencionavam estar à frente de um movimento radicalizado que impusesse as demandas dos trabalhadores (reforma agrária, educacional, tributária, administrativa, urbana e controle das remessas de lucros ao exterior, etc.), como relata em entrevista sobre o 1º de Maio de 1980:

O que eu sei é que durante muitos momentos, entre 78 e 80, não aconteceram coisas maiores no ABC porque a gente da diretoria não deixava acontecer (...). Uma vez tive que segurar um trabalhador entrando com bombas dentro da calça, a gente tinha que pegar o cara convencer que aquela não era maneira correta naquele momento (...). Outra vez, o pessoal queria tocar fogo na Brastemp, e a gente tinha que convencer as pessoas politicamente que não era necessário fazer aquilo. Eu digo pra você que, se alguém dá um tiro naquele 1º de maio, teria uma carnificina em São Bernardo, não sei se

estouraria uma guerra civil, mas tinha muito trabalhador preparado, muitos trabalhadores que a gente passava semanas tentando mostrar para eles que esse caminho é o fim do que a gente está pensando em fazer, nós não temos como resistir se começar uma coisa dessas. (LULA respondendo ao entrevistador José Arbex Jr. Revista Caros Amigos, 2000).

Esta disposição latente dos trabalhadores poderia ter sido aproveitada como ponto de partida para ações mais contundentes, que assegurassem o atendimento de demandas históricas dos trabalhadores e do povo pobre brasileiro, com derrubada da ditadura e instituição de uma assembléia popular soberana, que abrissem os arquivos da ditadura etc.. Mas não era esse o interesse de Lula e seus companheiros do sindicato. Como isso se tornou um representante que não representava a radicalidade que o movimento tinha potencial de assumir. A base estava muito a frente da direção, ficando por isso sem representação. É claro que isto não impediu que Lula e sua diretoria tornassem-se os representantes mais destacados do “novo movimento operário” em oposição aos “antigos pelegos”. Porém, mesmo que Lula e as demais lideranças sindicalistas não vislumbrassem além das ações sindicais-corporativas imediatas, a luta operária tinha cunho político significativo, para além da luta local/regional do ABC paulista. Tratava-se da manifestação explícita e contínua da insubordinação da classe operária em relação ao governo, expressa em luta contundente contra a política econômica do governo ditatorial-burguês.

Destarte, com a derrota da greve de 1980 interrompe-se o ascenso das massas proletárias contra o regime militar-burguês. A partir daí teremos um importante refluxo do movimento operário a partir do ABC, que até então representava a vanguarda do combate operário. Para assegurar a continuidade do ascenso operário iniciado em 1978 era imprescindível a unificação dos operários do ABC com os operários de São Paulo liderados pela Oposição Sindical Metalúrgica. Esta articulação deveria ter sido empreendida desde o início do movimento do ABC pelas lideranças sindicais. (SALLES, E., MATOS, D, 2007).

Os impactos na subjetividade coletiva do proletariado, desencadeados por essa derrota objetiva da greve foram imensos, o que podemos compreender pelo intenso refluxo que se seguiu nas bases do ABC. Mesmo com os avanços acumulados nos últimos três anos 1978, 1979 e 1980, a partir de então as greves não seriam retomadas nas mesmas proporções e radicalidade. A greve de 1980, embora muito mais ampla e articulada, todo o desenrolar da greve baseava-se em assembleias plebiscitárias em que só a direção do sindicato tinha direito a falar. Embora tenha sido um movimento amplo e abrangente, faltou programa político-social de maior profundidade para que a organização não refluísse. Para vitória desta greve faltou salto significativo como a articulação orgânica dos setores mais combativos (ABC e Oposição Metalúrgica).

Segundo Ricardo Antunes (1992), as lideranças sindicais que dirigiam o movimento não eram capazes de transcender a espontaneidade, também não tinham maturidade política para conduzir um movimento para além do local e do imediato, não se conseguiu construir um programa mais amplo. A greve deveria ter sido convertido em um movimento nacional de trabalhadores por uma nova ordem social. Mas, a direção não estava preparada (ou não tinha interesse) para conduzir um movimento com tal amplitude. A classe, enquanto agente ético-político, ainda estava em construção de si mesma. Para ampliar-se, o processo de desenvolvimento coletivo de ações radicais necessitava ser intensificado e extrapolar o ABC paulista.

O MOVIMENTO OPERÁRIO PÓS-ABC

A classe operária brasileira passa a ser vista nacionalmente com as greves operárias do ABC decorrida a partir de 1978, 1979 e 1980, ainda que aquém de sua potencialidade, a projeção da luta capital-trabalho ultrapassa sua dimensão local influenciando uma série de outros movimentos sociais no Brasil. Isso pode-se evidenciar pela organização da classe trabalhadora durante toda a década de 1980, pois a legislação anti-greve passa a

ser ignorada, além dos metalúrgicos muitas outras categorias passam a fazer greve. Ainda como desdobramentos das greves do ABC tem-se a fundação do Partido dos Trabalhadores (1980), da Central Única dos Trabalhadores (1983) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984).

A fundação do Partido dos Trabalhadores articulou em torno de si membros da igreja católica, líderes camponeses, sindicalistas, socialistas, anarquistas, e trotskistas. Porém, internamente, mesmo o PT abarcando ainda outras tendências políticas minoritárias organizadas¹⁰ o Partido dos Trabalhadores será conduzido por Lula e pela articulação na mesma orientação política que desenvolveram na gestão do Sindicato do ABC. Ou seja, a linha privilegiava a luta econômica dentro da legalidade sem questionamentos profundos do *status quo* e da composição de classes no Brasil. O Partido dos Trabalhadores se propôs como instrumento de luta pela melhora das condições de vida da classe trabalhadora em si, alavancando uma luta massiva em torno das demandas imediatas dos trabalhadores, pautando salários, condições de vida, habitação, diminuição da jornada de trabalho (de 48 horas semanas para 44), lutas importantíssimas num país de desenvolvimento prussiano-colonial, mas que se dão nos marcos *emancipação política*¹¹ dentro da ordem burguesa. Pois, não colocava-se a tarefa de atuar na transformação profunda da estruturação social do capitalismo brasileiro, ou pela busca da *emancipação humana*.

Nesse sentido, pode-se dizer que o movimento massivo dos trabalhadores, que chegou a mobilizar 3 milhões de grevistas no País em 1980, não foi aproveitado em toda sua potencialidade concreta, as direções do movimento poderiam inclusive ter pressionado também pela retomada das “reformas de base” (reforma agrária, educacional, tributária, administrativa, urbana e controle das remessas de lucros ao exterior, etc.) nas necessidades históricas do proletariado brasileiro, porém concentrou todas as forças no movimento pela “redemocratização do país”¹². Ora, não

¹⁰ Além da Ala majoritária, denominada Articulação e que era composta principalmente por setores da Igreja católica e lideranças sindicais próximas a orientação de Lula, havia ainda uma ala esquerda multi-fragmentada, composta pela Democracia Socialista (DS); O Trabalho (OT) - que impulsionava a juventude da Libelu; Causa Operária e Convergência Socialista (CS).

¹¹ Por emancipação política entende-se as lutas sociais que se colocam a tarefa de lutar por demandas sociais sem buscar transformar as bases fundamentais da ordem social-política e a divisão social do trabalho, a *emancipação humana* seria única forma de dissolver a sociedade de classes e extinguir a propriedade privada (MARX, 2009).

¹² Além de Lula e Fernando Henrique Cardoso (FHC), dentre os mais destacados desta campanha está Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro, Euclides Scalco e Leonel Brizola, entre outros. Por isso não nos parece equivocado afirmar que os metalúrgicos do ABC deixam de ser os principais protagonistas das lutas na década de 1980. A pequena burguesia retorna à cena política e conduz todo o País por uma via de conciliação de classes. Restabelece-se a democracia, mas

estamos nem sugerindo que Lula, o PT, a CUT deveriam lutar para dissolver a sociedade de classes, abolir a propriedade privada e instituir um governo operário, mas que seria possível naquele momento (1980) centrar forças na realização das demandas históricas da classe trabalhadora, por meio da construção de um partido revolucionário. Ao invés disso, seguiram-se as demandas colocadas pela pequena e média burguesia, sintetizadas no programa do PMDB.

Assim, embora o Partido dos Trabalhadores tenha se configurado como uma alternativa partidária a mais, fortalecendo a luta pela “redemocratização” buscando inserir medidas e discussões que pudessem favorecer os trabalhadores, a pauta operária foi rebaixada para a apelação “trabalhador vota em trabalhador”, e para a reafirmação do PT como “Partido sem patrão”, o que fortalecia a identidade do trabalhador brasileiro, mas não libera o trabalhador da condição de subsunção social da Divisão Social do Trabalho. O PT com sua ala majoritária (a Articulação-PT), acabou por ceder ao trabalhismo, a uma aliança operário-burguês conduzida de acordo com as demandas da pequena e média burguesia, com isso, a representação dos trabalhadores é esvaziada. Acabou-se migrando dos conteúdos da ‘frente popular’ para a aliança capital-trabalho, abrindo mão de travar uma luta intransigente contra a desigualdade no Brasil, seguindo tal raciocínio pode-se pensar que desde suas primeiras disputas eleitorais o PT já não era mais capaz de promover transformações profundas na estruturação social brasileira.

A partir de 1980 o ABC, de certa forma, sai da cena política, deixando sua posição de símbolo da resistência contra a ditadura, passa a figurar como apenas mais um movimento reivindicativo, assim, perde a posição de vanguarda em busca da transformação da ordem social e política. A significação deste processo é relevante, pois do período dos levantes proletários até 1980 são os operários que dirigem o processo insurrecional e colocam suas demandas, a partir da derrota de 1980 esse papel passa a ser exercido pela pequena burguesia. Agora o movimento sindical é mais um movimento que apóia a “redemocratização” e a “saída negociada” da ditadura militar, porém, nem mesmo é o condutor desta luta, ela é conduzida agora pelo PMDB, caracterizado nas palavras de Fernando Henrique Cardoso, um de seus fundadores, como “um partido composto pela classe média, urbana e universitários”. Um partido pequeno-burguês.

sem descaracterizar o abismo entre ricos e pobres no Brasil. Sem realizar a reforma agrária, educacional, tributária, administrativa, urbana ou estabelecer controle sobre as remessas de lucros ao exterior, etc.

Esta saída pactuada impediu a derrubada do regime militar-burguês e da base que lhe garantia sustentação: a burguesia e o patronato. Impediu assim o movimento operário de trilhar um desenvolvimento autônomo em relação às classes dominantes e seus consortes, esta opção levou ao progressivo fortalecimento das classes dominantes brasileiras. A burguesia e o patronato, em busca da conservação hierarquia de classes, seriam agora os condutores do proletariado e do povo pobre impedindo que os trabalhadores se articulassem como classe revolucionária contra a estruturação secular que os subsume. A burguesia e o patronato agem novamente como forma de dissolver a organização da classe operária, os sindicatos continuaram sendo interditados pelo governo ditatorial-burguês. Com isso prolongam seu sistema de dominação.

Também, durante a década de 1980 Lula e as demais lideranças sindicais destacadas durante as greves concentrar-se-ão muito mais nas disputas eleitorais. A opção das lideranças sindicais pela busca da melhora das condições de vida e trabalho por via eleitoral-burguesa, acaba por exercer forte ressonância também sobre a base do sindicato do ABC, que por fim, em um processo cheio de nuances, tem como uma de suas principais conseqüências redefinir todo o rumo da militância no ABC, a luta maior agora era pela construção do partido (PT) e das disputas eleitorais¹³, ou seja, referenda-se a divisão social do trabalho e a sociedade de classes. Esta máxima irá marcar todas as lideranças sindicais do ABC ao longo da década de 1980, como se pode observar por ex. os intensos esforços na campanha a eleição de Lula para governador de São Paulo em 1982 (mas perdeu para Franco Montoro) e para Deputado Federal em 1986, sendo um dos candidatos mais votados.

Soma-se a tudo isso, como elemento problematizador, que o Partido dos Trabalhadores (PT) é fundado justamente “em cima” do início do

¹³ Grande parte dos integrantes do sindicato voltaram-se para as eleições, lançando-se como candidatos a prefeituras, e deputados. Como exemplo podemos destacar o caso de Djalma Bom, que era tesoureiro do sindicato de São Bernardo, liderança ativa durante as greves, concorreu e foi eleito Deputado Federal pelo PT em 1982. Feijó, metalúrgico da Ford da diretoria do sindicato do ABC, foi membro da 1ª comissão de fábrica da Ford, também se candidatara a Deputado Federal em 1982. Benedito Marcílio do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, também candidatou-se a Deputado Federal em 1982. Em 1982 Gilson Meneses será eleito o primeiro prefeito do PT no Brasil, a frente da prefeitura de Diadema a partir de 1982. Jair Meneguelli, ferramenteiro, presidente do sindicato de São Bernardo de 1981 a 1986, presidente da CUT, de 1983 – 1994 será eleito Deputado Federal em 1995, reeleito em 1999, ainda, passou ao executivo da FIESP. Vicentinho, vice-presidente do Sindicato de São Bernardo em 1982, é eleito Deputado Federal em 2002 e reeleito em 2006. Luiz Marinho, que era pintor e que também foi companheiro de Lula em muitas das lutas sindicais, em 2002 concorrera a eleição para vice-governador do Estado de São Paulo vice de José Genuíno pelo PT. Lula disputa as eleições para Governador do Estado de São Paulo em 1982 e para Deputado Federal em 1986, em 1989 disputa as eleições presidenciais, o que se repete em 1994, 1998, 2002 e 2006.

refluxo do movimento operário, com isso as disputas eleitorais são colocadas como uma forma de reação pela positiva, como se a abertura política simplesmente, com a reabilitação do regime democrático-burguês representativo, pudesse assegurar a melhora das condições de vida do proletariado brasileiro. Enquanto que na verdade, o Estado burguês é o comitê armado de representação das demandas das classes dominantes possuidoras de meios de produção (terra, máquinas e tecnologias). As esperanças de um futuro melhor são canalizadas pela ala majoritária do PT para a disputa eleitoral distanciando-se do enfrentamento direto contra o Estado e o patronato, como os trabalhadores fizeram em 1978, 1979 e 1980. Ou seja, o PT, que surge em meio à resistência proletária contra a ditadura e os impactos da derrota da greve de 1980, ao invés de pautar-se pela derrubada da Ditadura e pelo estabelecimento de um novo governo de trabalhadores, acabou optando por lutar pela abertura lenta e gradual, pela redemocratização, referendando ativamente a estrutura eleitoral burguesa, apostando nas transformações sociais por via parlamentar-burguesa.

O que se pode reter como elemento positivo é que mesmo a derrota do movimento grevista de 1980 não pode reverter o desgaste que o governo e o patronato foram expostos pela ação operária organizada. Os trabalhadores, mesmo que em outros patamares de mobilização e de radicalidade, com a pauta redefinida, continuam a se organizar. Dentro e fora das fábricas mobilizações operárias continuavam a acontecer.

Salvaguardado a nova fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o patronato representado pelo governo burguês retomou a normalidade das dominações sobre os trabalhadores. Avançam a introdução de técnicas produtivas que poupam mão-de-obra e geram demissões. O sindicato se dividia entre a luta pelas “Diretas já” (iniciada em março de 1983)¹⁴ e o apoio às greves. O governo é irresoluto, e em 1983 empreende mais uma intervenção no sindicato do ABC, completando quatro intervenções neste sindicato. As políticas anti-proletárias não param, mas já adentram no período de passarem quase “despercebidas” pelas direções sindicais.

Embora ainda sobrevivesse certa disposição operária para a luta e enfrentamento, não era mais essa a estratégia central das direções das alas majoritárias do Sindicato do ABC, do PT ou da CUT. Porém, mesmo que o caráter da ação política do ABC tenha mudado muito a partir da derrota da

greve de 1980, não se pode negar que a intervenção destes operários acabou por re-inaugurar o período de organização social no Brasil. Com a eclosão das greves no ABC a legislação que proibia as greves virou letra morta, prova disso é que as greves continuaram acontecendo durante toda a década, mas a legislação só foi alterada com a constituição de 1988.

Mesmo com a ausência de lideranças combativas, as greves continuavam a eclodir, independente da vontade da ala majoritária do Partido dos trabalhadores (a Articulação-PT), da Central Única dos Trabalhadores e da direção do Sindicato do ABC. Porém não pode retomar a amplitude e combatividade demonstrada pelo movimento operário anteriormente. A formação da CUT, impulsionada pelo PT não pode ser descolada da *forma de ser* assumida pelo PT. Sua perspectiva social-política estava em consonância com as determinações do PT, porém cabe comentar um momento específico da trajetória desta instituição, a deliberação pela mudança da estratégia de luta da CUT em 1988, de uma estratégia entendida pela organização como sendo *confrontacionista* para uma prática de *cooperação conflitiva*. Isso marcaria uma nova fase de diálogo e busca de acordos como o patronato e com o Estado. A tática de greve não chega a ser completamente abandonada, mas sua importância é redimensionada.

Cabe ressaltar, que tal estratégia é adotada no III Congresso da CUT, realizado ainda em 1988, quando ainda no Brasil não havia chegado os impactos do refluxo mundial e nem o neoliberalismo. A base da CUT não aceitou facilmente tal mudança de postura, porém a direção da organização empreendeu intensos esforços para moldar a base do operariado nos marcos do colaboracionismo de classe determinados por esta *cooperação conflitiva*. Pode-se até mesmo cogitar se esta não era já uma estratégia para eleição de Lula no ano seguinte.

Pode-se dizer que a partir deste momento intensifica-se a concentração na saga do PT e da CUT pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva que concorre às eleições presidenciais de 1989, formando a coligação “Frente Brasil Popular” composta por PT-PSB-PC do B. O movimento pela eleição de Luís Inácio Lula da Silva constituía estratégia principal do PT e da CUT naquele momento. Diz o suplemento do PC do B (Figura 1) “Durante as discussões para a elaboração do programa da frente Brasil popular, processo rico que aprofundou a unidade política entre os partidos que a integram, todos eles apresentaram seus projetos, cuja síntese resultou no programa da frente”.

¹⁴ Entre as principais lideranças desse movimento estavam as personalidades (além de Luiz Inácio Lula da Silva): Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, André Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Teotônio Vilela, José Serra, Eduardo Suplicy, Leonel Brizola, Miguel Arraes e José Richa.

Figura 3: Campanha eleitoral de Lula –1989

A Classe Operária 
ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ANO 04 - Nº 002 - 04 DE JULHO DE 1989 SUPLEMENTO ESPECIAL

**IDÉIAS
PARA UM
PROGRAMA
DEMOCRÁTICO
E POPULAR**

Imagem: A. F. L. / Agência de Imprensa / A. F. L. / Agência de Imprensa

Durante as discussões para a elaboração do programa da Frente Brasil Popular, processo rico que aprofundou a unidade política entre os partidos que a integram, todos eles apresentaram seus projetos, cuja síntese resultou no programa da Frente. Também o Partido Comunista do Brasil deu sua contribuição, que publicamos na íntegra neste suplemento.

coll IISG

Extraído do site: <http://www.iisg.nl/oday/11/07-03.php>

Foto 6: Discurso do candidato Lula

Extraída site: http://www.midiainpressa.ufrj.br/html/serie_debate/trunfo_da_pequena_politica.htm

Mas mesmo com todos estes esforços Lula não fora eleito presidente em 1989. Para muitos sua eleição já não era sinônimo de um futuro melhor. São muitos os elementos utilizados para explicar sua derrota em 1989. 1) sua posição de isolamento com relação às alianças políticas, 2) somado a divisão do eleitorado, inclusive no próprio ABC paulista (tabela 01), 3) com a vinculação de Lula ao stalinismo pela oposição, 4) refluxo internacional decorrente da derrubada do muro de Berlim e da derrocada do stalinismo, que propiciou as restaurações burguesas e avanço do neoliberalismo em nível mundial, 5) somado a uma mídia brasileira aliada a burguesia anti-estatal e contrária a eleição do sindicalista (FONSECA, 2005), 6) a influência dos escândalos que envolveram Lula e o PT, como a polêmica gerada com a entrevista da ex-namorada Mirian Cordeiro acusando Lula de incentivar o aborto da filha Lurian, e ainda 7) o desempenho de Lula no ultimo debate, 8) bem como as insinuações divulgadas a *larga manu* de que os seqüestradores do

empresário Abílio Diniz tinham ligação com o Partido dos Trabalhadores.

Pode-se dizer que a somatória de tais elementos é que podem ter levado Lula e o PT a morrerem na praia. Lula acabou, por um pequeno percentual de diferença, sendo derrotado no segundo turno pelo governador de Alagoas Fernando Collor de Mello do quase inexpressivo PRN (Partido da Reconstrução Nacional), mas que apoiou-se em uma campanha milionária.

Collor acabou conseguindo ser respaldado pela burguesia brasileira (mesmo que por falta de alternativa), e ainda por uma parte da própria base do sindicalista. Como podemos observar, na tabela 01, até mesmo a classe operária ficou dividida na hora de eleger o candidato, pois o discurso de Collor de Mello voltou-se também para os trabalhadores, Collor destacava que governaria contra os “marajás” (que sugere a burguesia), e em favor dos “descamisados”, (que sugere o proletariado brasileiro).

Tabela 01 – Votação presidenciais no Brasil e no ABC – 1989

Candidatos	Região do ABC				Brasil			
	1º Turno		2º Turno		1º Turno		2º Turno	
	votos	% s/ total	votos	% s/ total	votos	% s/ total	votos	% s/ total
Collor	193.131	17,19	468.956	39,44	20.611.011	28,52	35.089.998	42,75
Lula	426.344	34,90	654.749	55,06	11.622.673	16,08	31.076.364	37,86
Brizola	15.939	9,69	--	--	11.168.228	15,45	--	--
Covas	215.019	16,95	--	--	7.790.392	10,78	--	--
Maluf	228.442	18,38	--	--	5.986.575	8,28	--	--
Áttila	42.404	3,18	--	--	3.272.462	4,53	--	--
Ulysses	12.284	1,25	--	--	3.204.932	4,43	--	--
Freire	10.504	0,82	--	--	769.123	1,06	--	--

Fonte: Jornal “Diário do grande ABC, 20/12/1989: 23/12/1989. Apud ALMEIDA 1996.

Dada a composição de sua base e propostas, pode-se dizer que a derrota de Lula representou, em determinada medida, a derrota da “ala trabalhista” e assim da própria esquerda que se formava no Brasil durante a década de 1980. A derrota de Lula nas eleições presidenciais abriu ainda um vácuo político-ideológico importante que possibilitou o avanço do neoliberalismo¹⁵ no país.

A DERROTA DA “ESQUERDA TRABALHISTA” E A VIRADA NEOLIBERAL

Com a derrota de Lula, e de sua coalizão, materializa-se também a derrota política do setor mais próximo da classe operária brasileira. Vencem as propostas da burguesia, representadas na figura do candidato, então eleito, Fernando Collor de Mello, que daria início à implementação do programa neoliberal. Pois, com a derrota das propostas populares tem-se respaldo para a implementação das políticas neoliberais também no Brasil. Comprometido com as oligarquias do país e com a política neoliberal.

As reformas iniciadas no período do governo Collor e aprofundadas por Fernando Henrique Cardoso atingem categorias assalariadas importantes, como os metalúrgicos, base do

sindicalismo organizado no país. Entre as reformas do Estado, estimula-se a reestruturação produtiva, que acaba por constituir uma investida do capital na produção debilitando ainda mais as condições de articulação e de vida da “classe” trabalhadora, pois estabelece novos níveis de precariedade no mundo do trabalho.

Na indústria brasileira, principalmente na indústria automobilística, uma das mais importantes bases de sustentação da economia nacional e núcleo da classe operária brasileira, desenvolve-se uma onda de demissões e falência de empresas, principalmente autopeças e, em menor medida, montadoras. Só nas montadoras do ABC paulista tem-se, de 1990 à 1992 o fechamento de mais de 6000 postos de trabalho (LEITE, 2000). Passa a ocorrer ainda, com mais frequência, a adoção de técnicas do toyotismo. Segue-se uma série de transformações que envolvem desde políticas governamentais (como as Câmaras Setoriais) até o chão-de-fábrica, com a reorganização das plantas produtivas, que implicariam, de modo geral, no retrocesso de conquistas históricas do movimento dos metalúrgicos do país, bem como a pulverização do movimento operário.

Cabe notar ainda, que setores do próprio movimento operário, principalmente das montadoras de veículos, como no caso da Força Sindical, acabam por apoiar a adoção do neoliberalismo com enxugamento dos gastos do Estado e flexibilização da CLT.

As entidades representativas (CUT/PT e Força Sindical/PDT) passam a assumir a postura de busca de “acordo” para o desenvolvimento (quase incondicional) do capital, como forma de tentar recuperar o setor, exemplo disso foi a opção da Força Sindical pelo “sindicalismo de resultados”. Embora a Força Sindical tenha criticado a abertura comercial como geradora de desemprego, acabou

¹⁵ O neoliberalismo seria, além do abandono das medidas keynesianas que marcaram o pós-guerra nos E.U.A e países da Europa, fruto do compromisso estabelecido com a classe trabalhadora. Com o aprofundamento do liberalismo, priorizam os lucros da iniciativa privada, com minimização das barreiras para a mobilidade de capitais e de comércio. Além disso, principalmente a partir do Consenso de Washington, busca-se por meio dos programas de desestatização, o “Estado mínimo”, tal modelo aplica-se também no que diz respeito aos gastos com serviços sociais e infra-estrutura. Trata-se de “Uma nova ideologia que descarta os controles de capitais como instrumentos relevantes, pois foram abandonados os fundamentos econômicos que o justificavam – sistema de taxas de câmbio fixas e da interdependência das políticas domésticas”. (CARNEIRO, 2002, p. 118).

por defender a adoção do neoliberalismo no Brasil. Soma-se a isso, como agravante, o posicionamento da CUT com a adoção do “sindicalismo propositivo” em detrimento do “sindicalismo de confronto”. Tais mudanças estratégicas acabam por conferir uma nova característica ao sindicalismo brasileiro. Como explica Boito em relação a CUT:

Em 1990, a CUT, reunida em plenária nacional na cidade de Belo Horizonte, adotou uma linha sindical que sua direção denominou, seguindo uma terminologia já consagrada na Europa, sindicalismo propositivo. A antiga linha sindical, conhecida como sindicalismo de confronto, deveria ser substituída por uma nova estratégia que passaria a valorizar o entendimento com o governo e com os empresários, em torno de propostas elaboradas pela CUT para os “problemas do país”. A estratégia propositiva levou a CUT a desviar-se do combate à política neoliberal e procurar, em inúmeros aspectos, uma acomodação com essa política. (BOITO, A. 2002, p. 67).

Diante de tal turbilhão de transformações na relação capital-trabalho, e na composição orgânica do capital, com aumento do desemprego, e reordenação dos partidos de esquerda, os sindicatos mesmo os de herança mais combativa passam a diagnosticar uma nova onda de refluxo no movimento sindical, buscando, cada vez mais, ações “propositivas” e de “*concertação social*”. Com isso, também os sindicatos tendem a optar, com mais facilidade, por uma postura de negociação, ao invés do confronto com o capital, até mesmo o sindicalismo dos metalúrgicos do ABC paulista, que se constituía como o mais organizado e combativo do país segue a conciliação com o capital. Uma vez desarticulado o movimento dos trabalhadores, com a “captura” dos dirigentes dos trabalhadores e dos sindicatos para o interesse do capital, somado ao acelerado aumento do índice de desemprego, tem-se um enfraquecimento amplo dos obstáculos aos novos padrões de exploração e lucratividade que o capital pretendia impor.

Assim, as reformas neoliberais atingem categorias assalariadas importantes do Brasil, como o caso dos metalúrgicos, base do sindicalismo organizado no país. Nesse sentido a reestruturação produtiva, somada ao neoliberalismo, acaba por constituir uma investida do capital na produção, debilitando as condições de articulação e de vida da classe trabalhadora, pois estabelece novos níveis de precariedade no mundo do trabalho, além disso, debilita-lhes também a capacidade organizativa.

Dando continuidade ao avanço das políticas neoliberais sobre a “classe” trabalhadora, iniciado durante os dois mandatos (1994-2002) de Fernando Henrique Cardoso, mantém-se o crescimento desenfreado do índice de desemprego. Segundo dados do DIEESE, o nível de desemprego passa, na Região metropolitana de São Paulo de uma média de 6% em janeiro de 1990 para uma

média de 17% em janeiro de 2005 (SEADE E DIEESE/PED). Enquanto que na indústria de São Paulo, é possível também verificar uma queda acentuada no nível de postos de trabalho na indústria, que cai de um nível de 137,2 em janeiro de 1990 para 73,13 em outubro de 2004, ou seja, ocorre uma diminuição em torno de 50% dos postos de trabalho.

A contrapartida, a população ocupada no setor de serviços, sem carteira assinada e com salários precários aumenta, segundo o Dieese, o número de trabalhadores no setor de serviços passa de 7 milhões e meio em janeiro de 1990 para mais de 9 milhões e meio em 2002, ou seja, aumenta mais de 30%. Porém são empregos com pouca estabilidade, e que corriqueiramente não oferecem garantias aos trabalhadores como seguro desemprego, férias, contribuição à aposentadoria etc.

Mesmo com bons resultados na produção, durante os governos neoliberais no Brasil, houve acentuado decréscimo do nível de emprego, mesmo com aumento considerável da produtividade e lucratividade em muitos setores o nível de emprego continuou em contínuo declínio. Por outro lado, os sindicatos procurando contornar o problema do desemprego, e por meio da assimilação de posturas “*propositivas*” e “*colaborativas*”, acabaram, apartados da base, na mesa com os patrões com cadeiras cativas. Os sindicatos, atingidos pelo refluxo da esquerda trabalhista, com distanciamento da organização ofensiva, passaram a negociar diretamente com o governo, empresários e industriais, afastando-se das bases operárias. Busca-se agora um *sindicalismo de resultados*.

PT, SINDICATO DO ABC, CUT E FORÇA SINDICAL

O que destacamos é que, a partir de declarações da direção do Sindicato do ABC, que o próprio Sindicato de São Bernardo e a CUT, seguindo uma continuidade com a política da ala majoritária do Partido dos Trabalhadores, entendem que a relação entre trabalho e capital avançou muito, talvez até mais do que necessário, pois constantemente os trabalhadores têm seus direitos assediados, e a CUT e o Sindicato abrem negociação com intuito de minimizar perdas, mas a cada negociação esvaem-se direitos trabalhistas e demais conquistas asseguradas durante a luta operária, para em troca manter a fábrica instalada no ABC ou para cortar menos postos de trabalho.

Grandes contingentes de operário compuseram núcleos para construção do PT, de acordo com um dos operários do ABC entrevistados para esta pesquisa, os operários faziam quermesse, com violeiros, barraquinhas e

todos os recursos arrecadados eram revertidos para o PT, com isso, segundo um entrevistado, “e o partido foi se ajeitando”, “Empresários foram gostando da proposta do PT e começaram a ajudar o partido com recursos financeiros, um deles era o empresário José de Alencar”¹⁶. Embora apoiado por uma ínfima minoria de setores abastados, frações de classe média, pequena burguesia progressista e intelectuais, o PT era um partido composto por uma ampla base de trabalhadores, com grande inserção na montadoras e autopeças do ABC. Nascido em meio a um intenso processo de luta contra a superexploração do trabalho, “O PT era muito discriminado, mas era grande, [diziam que o partido] só tinha bandido, cachaceiros, vagabundos, essa era a idéia que se tinha do PT”¹⁷.

SOBRE O PT HOJE

Entrevistamos um operário que trabalha na Volkswagen, o mesmo é membro do Partido desde a década de 1980, é também membro da Comissão de Fábrica da Volkswagen. Para analisar as transformações pelas quais passou o partido tomou como ponto de partida de o fato que ficou conhecido como “O escândalo do mensalão”. Segundo o entrevistado:

O PT é complicado. Causou uma decepção muito grande em seus militantes. O PT tinha muita moral para cobrar outros partidos. Os militantes tinham orgulho da diferença do PT em relação aos outros partidos, e seus políticos era um partido honesto com políticos que queriam fazer diferente, que se propunha a ser diferente. Os outros partidos eram todos aglomeração de sem-vergonha, ladrões que roubavam o povo. “Está vendo você não vota no PT, você vota nesses caras, é tudo ladrão!”¹⁸.

Evidencia-se por meio deste relato que o escândalo causou impacto negativo nos militantes de base, os operários de chão-de-fábrica. Complicou a situação dos militantes que estão nos bairros, longe do Palácio do Planalto, dos Mistérios, da Assembléia legislativa e do Congresso, os militantes de base ficaram sobre pressão direta do restante da população. O mesmo operário relembra a pressão social a qual fora exposto, “está vendo, olha seu partidinho ai, é igual aos outros, é tudo ladrão!”. (...) “Isso para gente foi como uma facada no coração”. Muitos militantes comprometidos com a necessidade de transformação social no Brasil, que lutam pelo fim da desigualdade, se desvincularam do partido. “Eu comprei muita estrelinha para por

no peito, toda campanha tinha que comprar, estrelinha camiseta para ajudar o partido”.

Em relação à mesma questão um jovem operário de 24 anos de idade, que também é ligado à ala majoritária do PT, da CUT e da Comissão de fábrica da Volkswagen.

Teve muitas mudanças, uma coisa é ser oposição, outra coisa é ser governo. Ser governo não é simples, conciliar interesses, aglutinar pessoas, o PT teve uma mudança de visão e de prioridade. Antigamente a prioridade era chegar ao governo, hoje a prioridade é fazer o governo funcionar e manter o governo. Xingava a direção, agora senta com ela. Parece uma perda de identidade, mas é um amadurecimento do partido. Esse amadurecimento não foi bem aceito por algumas correntes do PT, que se desligaram do partido, como no caso do PSOL e de Marina Silva¹⁹.

E prossegue afirmando que “O que mais mudou no PT foram as prioridades. Pensar o PT como um partido de governo”. Agora, a luta do PT foi deslocada, se no início da sua formação, sobre pressão da base proletária, incorporava o discurso da luta contra o patronato, hoje, como governo o principal inimigo identificado o PSDB, que é encarado como a burguesia mais atrasada do país.

MUDANÇAS NA CUT

A articulação sindical conseguiu perpetua-se na direção do sindicato do ABC, hegemoniza também as Comissões de Fábrica. O sindicato do ABC, assim como a Central Única dos Trabalhadores, marcharam juntas, contribuindo ativamente e seguindo as transformações e as orientações do Partido dos Trabalhadores, que se centravam no abandono de um suposto “radicalismo” da década de 1980. Um dos nossos entrevistados, que nunca conseguiu participar de um congresso da CUT, expõem como é difícil para os operário intervirem nos rumos desta entidade que lhes representa.

O número de delegados é limitado. Quando entrei na fábrica não sabia ao certo o que era, não tinha opinião formada. É um número restrito de pessoas que podem participar, no [Congresso] Estadual são apenas 70 operários do ABC que podem participar. Da Volks eram apenas 7, no [Congresso] Nacional foram apenas 2. O projetos e mudanças da CUT e do Sindicato do ABC seguiram os mesmos caminhos. A CUT está numa situação que se baseia também no

¹⁶ Este, com 74 anos de idade no ato da entrevista, trabalhou na Volkswagen de 1959 a 1982.

¹⁷ Operário da Volkswagen desde 1990. No ato da entrevista estava com 42 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

¹⁸ Operário da Volks desde 1989, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade.

¹⁹ Este foi o primeiro jovem que entrevistamos, na ocasião da entrevista tinha 24 anos, ingressou no SENAI-Volkswagen em 2001, tornou-se operário da Volkswagen em 2003. Seu pai também era operário na fábrica, foi militante sindical na década de 1980 e 1990, levava-o para as manifestações. Na seção onde foi trabalhar os operários eram militantes. Este jovem atualmente exerce mandato pela Comissão de Fábrica da Volkswagen, também é ligado ao Sindicato do ABC, a CUT e ao PT.

diálogo. O sindicato segue a política que a central determina²⁰.

Porém, ainda que considere a transformações da CUT desde sua fundação, não chega a igualá-la a sua concorrente Força Sindical (ligada ao PDT). Esta chegou, durante a década de 1990 a fazer campanhas pelas privatizações, elemento que a CUT sempre se opunha. A CUT também trava luta histórica pela diminuição da jornada de trabalho para 40 h. semanais, sem redução de salário.

A Força Sindical (fundada pelo Medeiros – do sindicato de São Paulo), surgiu como oposição a CUT, com “um programa mais pelego”. A CUT estava lutando pela redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais (projeto do Vicentinho do PT). Os empresários são contra, alegando que aumentaria os custos da produção, como a base dos empresários no congresso é muito grande, começaram a tirar o tema da pauta. Michel Temer propôs a diminuição gradativa, anual, da jornada de trabalho. Paulinho da Força Sindical aceitou de imediato a proposta. No período da crise econômica 2009, Paulinho estava para assinar um acordo com Paulo Scaf para diminuição da jornada de trabalho com diminuição dos salários.

A relação com o governo teria que mudar completamente, pois a CUT é o desdobramento sindical do PT. Assim, o período de enfrentamento teria chegado ao fim porque finalmente a CUT tornara-se governista. Alega-se sobretudo que sob direção do PT abriu um importante espaço para discussão e realização das pautas do movimento operário. Segundo análise do mesmo um jovem operário entrevistado, membro da Comissão de Fábrica, e também vinculado à Articulação sindical, militante do PT e dirigente da CUT:

Antes o governo nem ouvia a CUT, nem sequer recebia a pauta de reivindicações. Por conta disso, a CUT enchia ônibus e levava para Brasília, agora Lula coloca o boné da instituição. Abriu um caminho que não pode ser desvalorizado. Na fábrica aconteceu um processo semelhante, na década de 1970, 1980 e 1990, predominavam os conflitos entre sindicato e fábrica. O patronato se negava a negociar com o sindicato, só negociava mediante máquinas paradas, ‘a fábrica é minha eu faço o que eu quiser’, o sindicato, por sua vez respondia ‘já que ele não que nos ouvir, vamos parar!’. Era isso, hoje mudou a concepção, qualquer coisa que o patronato necessite ele comunica o sindicato, chama para negociar, ‘quero mais produção, chama o sindicato pra negociar’, e o sindicato, por sua vez, responde ‘vamos sentar para negociar’. Então para chegar em paralisação, greve, só depois de esgotar toda a negociação. Por isso tem menos paralisação e menos mobilização, porque tem mais diálogo. Se o patronato não discutir, o sindicato para tudo. O interessante para o trabalhador é resolver, se é na negociação ou

com greve e paralisação não importa, se puder sem resolver sem paralisar, sem greve, conversado, negociado, melhor²¹.

No mesmo sentido, outro operário da Volks, também ligado à ala majoritária da CUT e do PT e dirigente da Comissão de fábrica afirma “A CUT tem um papel que procura desenvolver, organizando a luta e cobrando as coisas. Com o governo do PT abriu-se uma nova fase de negociação da CUT com o Governo Federal. Uma abertura maior para os movimentos sociais. Ainda não são as entidades sociais populares que mais pedem dinheiro ao governo, mas sim o setor empresarial, Votorantin, Gerdal, FIESP, FIRJAN”²².

A CUT, ainda que busque convivência colaborativa com o patronato, não pode abrir mão de toda a pauta a qual está vinculada, pois corre o risco de perde seu diferencial e falir. Por conta de suas mudanças em favor das políticas do Governo Federal, a partir de 2002, muitos sindicatos se defiliaram desta central. É nesse processo que se forma a Conlutas.

Mas, a “nova” forma de compreender a relação capital-trabalho, pautadas nas novas estratégias e programa do PT eram, e continuam sendo, repassadas ao Sindicato do ABC e as Comissões de Fábrica²³. Trata-se de uma perspectiva colaboração crítica com o patronato, forjada reforçada e aprofundada sobretudo a partir o refluxo das lutas sociais na década de 1990. Esse não foi um processo fácil, a ala majoritária do PT e da CUT, por meio das comissões de fábrica e sindicatos, travaram intensa luta para “educar” a prática política de sua base segundo esta orientação sócio-política. Hoje os operários de base, com experiência mais longa de militância sobre a égide petista-cutista tem muito clara esta concepção de atuação, de acordo com o relato de um operário da Volkswagen, “O PT e o Lula mudaram, se não mudasse não estaria hoje no governo. Não pode ser radical, tem que ter o bom senso. O PT era muito radical, linha dura não tinha abertura para o diálogo, esta mudança foi positiva”²⁴. A maior parte dos militantes que hoje ocupam cargos de representação trilham pelo mesmo transformismo do PT e da CUT. Isso faz que, por hora, a cada processo eleitoral reitere-se a mesma perspectiva.

No chão-de-fábrica, para a juventude a CUT é praticamente inexistente, como podemos observar pelo depoimento de dois jovens operários da Volkswagen “eu não conheço! Não tenho

²¹ Idem.

²² Operário da Volks desde 1995, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade.

²³ Exemplo disso deu-se em 2005, quando o sindicato fez um chamado aos operários de fábricas do ABC para se filiarem ao PT e a participar de um ato para defender o governo Lula, no escândalo do mensalão.

²⁴ Operário da Volkswagen desde 1990. No ato da entrevista estava com 42 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

²⁰ Operário da Volkswagen desde 1990. Na ocasião da entrevista estava com 45 anos de idade. É membro da Comissão de Fábrica.

informação sobre a CUT. Não sei como funciona. Nunca chegou e explicou agente faz isso, briga por isso”²⁵. Quando perguntei sobre a CUT a outro jovem metalúrgico da Volkswagen respondeu “Já ouvi falar, já vi adesivo na parede mas...”²⁶. Nesta fábrica, uma das maiores da região, mesmo os membros da comissão de fábrica, admitiram que a CUT não faz trabalho com os operários. Ou seja, não se tem uma preocupação real em formar e informar os operários, discutir relações de trabalho e movimento sindical, em formar novas gerações de militantes, etc.

Um dos elementos que apreendemos nessa parte da pesquisa é que, a partir de declarações da direção do Sindicato do ABC, que o próprio Sindicato de São Bernardo e a CUT, seguindo uma continuidade com a política da ala majoritária do Partido dos Trabalhadores entendem que a relação entre trabalho e capital avançou muito, talvez até mais do que necessário, pois constantemente os operários têm seus direitos assediados, e a CUT e o Sindicato abrem negociação com intuito de minimizar perdas, mas não de impedi-las. Quando a CUT surge, “a luta social no país estava em ascenso. Com outros ciclos que vieram impôs-se obstáculos a sua trajetória. O caminho atual é um caminho possível”²⁷.

Atualmente, as empresas já conhecem bem a estratégia do sindicato, por isso elas, quando querem demitir para enxugar os postos de trabalho e a folha de pagamentos anuncia que vai demitir 3000 trabalhadores, para ter uma margem de manobra com o sindicato, quando se senta à mesa de negociações a empresa decide por demitir apenas 700.

Porém tais relações não decorrem sem conflito, pois aos poucos vai se consolidando uma oposição à forma como o Sindicato do ABC encaminha as negociações com as empresas. A eleição de parte dos trabalhadores que compõe tal oposição para a Comissão de fábrica certamente aponta desgaste da estratégia da “*reestruturação negociada*” e do “*sindicalismo de parceria*” empregado pelo sindicato do ABC e pela CUT.

A direção do Sindicato do ABC tem se espelhado no ‘*modo petista*’ e no ‘*modo cutista*’ de militar’, ou seja, a direção sindical também não quer enfrentamento com a direção da fábrica, afinal entendem que capital e trabalho não são mais inimigos como o foram no final da década de 1970 e início da década de 1980. Nem mesmo a pauta conjunta da categoria tem sido construída pelo sindicato. A *Tribuna Metalúrgica*, informativo do

Sindicato do ABC que havia se convertido em um instrumento de propaganda do Governo Lula. Segundo um operário de uma grande montadora do ABC, que foi por nós entrevistado “a nossa tribuna virou jornal do governo Lula, o jornal da reeleição, acabou a eleição (2006), mas eles continuam fazendo propaganda”, agora segue fazendo propaganda da candidata Dilma Rousseff, continuadora da conciliação petista. Ainda, as relações entre as fábricas são feitas por estas ‘direções pelegas’, o que por sua vez contribui com o discurso da desmobilização *sui generis* do proletariado brasileiro, selam-se acordos por cima, das direções pelegas com o patronato e o governo. Mas a base pressiona em todo momento de crise as direções, em busca de posturas mais combativas, não se sabe por quanto tempo ainda tais direções, com tais posturas colaboracionistas conseguirão se sustentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a debilidade das entidades representativas e seus novos pactos políticos, os trabalhadores se tornam cada vez mais desamparados; pela legislação trabalhista; pelo Estado brasileiro que passa adotar políticas neoliberais e de redução de gastos. Bem como pelos sindicatos que tenderam, em proporções cada vez maiores, à postura ‘*propositiva*’ e ‘*conciliadora*’ ao invés da postura de enfrentamento e defesa inflexível dos direitos dos trabalhadores.

Essa desvalorização da mão-de-obra compõe o arcabouço necessário ao atual período de desenvolvimento da valorização do capital e da acumulação capitalista. Com a diminuição dos postos de trabalho e o engrossamento do *exército industrial de reserva*, criam-se condições necessárias ao desenvolvimento de um *novo padrão de acumulação capitalista*, e a investida do capital na produção. Em meio a tal conjuntura o próprio movimento sindical (representado pela CUT; Articulação Sindical e pela Força sindical) acaba por sustentar o *status quo* da submissão da classe-que-vive-do-trabalho.

A classe trabalhadora, enquanto agente sócio-político transformador ainda não se reorganizou e nem desenvolveu formas contundentes e vigorosas de combate a essa nova hegemonia do sistema produtivo e social. Não conseguiu debelar as direções entreguistas e conciliadoras. Mas a sociedade enquanto um metabolismo vivo, e o ser humano, célula social dotada de potencialidades múltiplas, sujeito social-histórico insaciável, embora subsumido pelo avanço do capital na produção e pela precarização do trabalho não permanece passivo às transformações no curso da história. Este nunca perde a potencialidade enquanto sujeito transformador da realidade social, a classe encontra-

²⁵ Operário da Volkswagen desde 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

²⁶ Operário da Volkswagen desde 2009. No ato da entrevista estava com 19 anos de idade.

²⁷ Operário da Volkswagen desde 1995, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

se atualmente numa condição de sujeito subalternizado. Mas, justamente por isso, respostas são dadas a todo o momento.

Nesse novo período histórico que se abre, com a crise econômica mundial, se faz necessário unificar forças combativas da sociedade contra a ordem vigente. Seguramente as iniciativas levadas a cabo pela classe trabalhadora, em oposição ao patronato e a burguesia, lançam as bases para o futuro social. É claro que o sujeito coletivo da ação revolucionária não existe a priori, pelo contrário, ele deve ser construído. Falta-nos ainda constituir um núcleo organizado com cadeias radicais a partir das diversas demandas dos trabalhadores pobres. Os esforços necessitam ser canalizados para a construção de um partido que represente os interesses históricos dos trabalhadores. Trata-se também nesse momento da necessidade de constituir um partido operário revolucionário que consiga articular em um todo social os trabalhadores anticapitalistas, antiburgueses, antipatronais, e que se oponha ferreamente aos ricos, em busca de uma sociedade sem dominados e sem dominadores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas SP. EDITORA da UNICAMP. São Paulo. Imprensa Oficial, 1999.
- ALVES, G. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios sobre sociologia do trabalho*. Praxis. Londrina. 2007.
- _____. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. *A Rebelião do trabalho*, 2ª edição. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- BOITO, A. Neoliberalismo e corporativismo no Brasil. In: ARAÚJO, A. (org). *Do corporativismo ao neoliberalismo*. SP: Boitempo, 2002.
- CADERNOS INTERNACIONAL BRASIL. ESTRATÉGIA “1964-1980 - A classe operária na luta contra a ditadura. Edições Iskra. 2008. Disponível no endereço: http://www.ler-qi.org/IMG/pdf/Tesis_70.pdf
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo: Ed. da UNESP: UNICAMP/IE, 2002.
- CHASIN, J. *As máquinas param, germina a democracia*. Revista Escrita/Ensaio nº 7. Escrita, São Paulo, 1980. Disponível no site: http://www.verinotio.org/publicacoes_asmaquinas_param.htm.
- ENGELS, F. Princípios básicos do comunismo. In: MARX, K., ENGELS. *Obras escolhidas*. Tomo I. Edições avante. Portugal.1982.
- FERNANDES, F. *O pt em movimento*. SP: Cortez: Autores associados, 1991.
- FILGUEIRAS, L., GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Ed. Contraponto. 2007.
- _____. *História do Plano Real: Fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- FREDERICO, C. *A vanguarda operária*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- GIANNOTTI, V; NETO, S.B. CUT ontem e hoje: o que mudou das origens ao IV CONCUT. São Paulo. Vozes, 1991.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1999.
- HIRATA, H. (Org). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1993.
- LEITE, M. P. *Sindicatos e Desenvolvimento Econômico: A experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil*. In: Enrique de la Garza Toledo. (Org.). *Reestructuración Productiva, Mercado de Trabajo y Sindicatos en América Latina*. 1a. ed. Buenos Aires: Clacso- Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.
- LEITE LOPES, J. S. História e transformações do sindicalismo brasileiro. R. *Theomai*. 2009.
- LENIN, I.V. *Sobre os sindicatos*. Col. Teoria e História. Editora Polis. 1979.
- _____. *O Estado e a revolução*. Ed. Expressão popular. São Paulo.
- LISBOA, V. Algumas lições do Ascenso proletário dos anos 70 contra a ditadura e o papel da esquerda. *Revista Estratégia Internacional Brasil*, nº 3. Ed. ISKRA, maio de 2008. p. 13-40.
- LULA, L. I S. Entrevista a José Arbex Jr. *Revista Caros Amigos*. São Paulo, Editora Casa Amarela, 2000.
- MARONI, A. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, K. *Para a questão judaica*. Expressão popular. 2009.

_____. *A Ideologia Alemã*. Boitempo, São Paulo, 2007.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Editora Boitempo: São Paulo, 2004.

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

OLIVEIRA, E. *Toyotismo no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

PARANHOS, K. R. *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982*. Editora da Unicamp. 1999.

POCHMANN, M. *Sindeepres 15 Anos- A superterceirização dos contratos de trabalho*. S.E. 2007.

RAINHO, L. F. *Os peões do Grande ABC*. Petrópolis. Editora Vozes, 1980.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SALLES, E., MATOS, D. O processo revolucionário que culmina no golpe militar de 1964 e as bases para a construção de um partido revolucionário no Brasil. In: *Revista Estratégia Internacional Brasil*, nº 2. Ed. ISKRA, setembro de 2007. Disponível em: <http://www.ler-qi.org/spip.php?rubrique288>

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

_____. *A miséria da teoria, ou, Um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. Ed Sundermann. 2007.

_____. *A revolução permanente*. Ed. Expressão popular. 2007.

_____. *Escritos sobre sindicato*. São Paulo. Kairós Livraria e Ed. 1979.

VIANNA, L.W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ⁱ Uma primeira versão deste trabalho foi publicada no livro “La precarización del trabajo en la América Latina. Editora práxis. 2009.

ⁱⁱ Mestrando pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Marília). Financiada pela FAPESP.